COCAÍNA, ACONDICIONADO EM 47 MICROTUBOS, ALÉM DA APREENSÃO DE DOIS RADIOCOMUNICADORES, EM PONTO CONHECIDO COMO DE VENDA DE DROGAS, SOMADO AOS DEPOIMENTOS DOS POLICIAIS, COMPROVAM QUE OS APELANTES PABLO LIMA DE FREITAS E MATHEUS DE ASSIS JARDIM SÃO TRAFICANTES DE DROGAS - A VERSÃO APRESENTADA PELO RÉU PABLO NÃO ENCONTRA RESPALDO NO CONJUNTO PROBATÓRIO, TENDO TAL ALEGAÇÃO O FIM DE AFASTAR A IMPUTAÇÃO QUE LHE É FEITA, EVIDENCIANDO TÃO-SOMENTE O EXERCÍCIO DO SEU DIREITO DE AUTODEFESA CONSTITUCIONALMENTE ASSEGURADO - REFORMA DA SENTENÇA -REGIME INICIAL FECHADO E A NÃO SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS ESTÃO EM DESCOMPASSO COM AVALIAÇÃO INTEIRAMENTE POSITIVADAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DO ART. 59 DO CP E NA INCIDÊNCIA DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO PREVISTA NO §4º, DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/06, COM A REDUÇÃO DA REPRIMENDA EM 2/3 - fixação do regime aberto para o início do cumprimento da pena - APELANTES PREENCHEM OS REQUISITOS LEGAIS PREVISTOS NO ART. 44 DO CÓDIGO PENAL, SENDO SUAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE SUBSTITUÍDA POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, CONSUBSTANCIADAS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE - PARCIAL PROVIMENTO DOS RECURSOS DEFENSIVOS, para fixar o regime aberto e para substituir as penas privativas de liberdade dos apelantes por duas restritivas de direitos, expedindo-se alvará de soltura em favor do réu Matheus de Assis Jardim. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS DÁ-SE PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS DEFENSIVOS PARA FIXAR O REGIME ABERTO E SUBSTITUIR A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR DUAS RESTRITIVAS DE DIREITOS, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. MARIA SANDRA KAYAT DIREITO. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. MARIA SANDRA KAYAT DIREITO, DES. LUIZ ZVEITER e DES. MARCUS HENRIQUE PINTO BASILIO.

023. APELAÇÃO 0015147-72.2016.8.19.0205 Assunto: Decorrente de Violência Doméstica / Lesão Corporal / DIREITO PENAL Origem: BANGU REGIONAL II J VIO DOM FAM Ação: 0015147-72.2016.8.19.0205 Protocolo: 3204/2018.00581832 - APTÉ: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000000 APDO: SIGILOSO Relator: **DES. ANTONIO JAYME BOENTE** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

024. AGRAVO DE EXECUCAO PENAL 0136389-57.2018.8.19.0001 Assunto: Progressão de Regime / Progressão de Regime / Pena Privativa de Liberdade / Execução Penal / DIREITO PROCESSUAL PENAL Origem: CAPITAL VARA DE EXEC PENAS Ação: 0136389-57.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00619317 - AGTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO AGDO: ADRIANO ESPOSITO MONTEIRO ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000000 Relator: **DES. MARIA SANDRA KAYAT DIREITO** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: AGRAVO DE EXECUÇÃO PENAL é APENADO QUE CUMPRE PENA DE 37 ANOS E 06 MESES DE RECLUSÃO, TENDO CUMPRIDO 19 ANOS, 08 MESES E 03 DIAS é DEFERIDA APROGRESSÃO PARA O REGIME ABERTO, A SER CUMPRIDA EM PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR, COM MONITORAMENTO ELETRÔNICO -RECURSO MINISTERIAL, OBJETIVANDO A CASSAÇÃO DA DECISÃO é IMPOSSIBILIDADE -AGRAVADO PREENCHE OS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA BENESSE -NO CASO CONCRETO, A PRISÃO ALBERGUE DOMICILIAR SE REVELA UMA FORMA DE MELHOR REGULAR A EXECUÇÃO PENAL, PROPORCIONANDO UMA CONSTANTE VIGILÂNCIA DO CONDENADO, QUE SE SUBMETE A DIVERSAS CONDIÇÕES PARA QUE O PODER ESTATAL TENHA O CONTROLE DE SUAS ATIVIDADES, IMPEDINDO A SUA FUGA E PARA ANALISAR SUAS FUTURAS PRETENSÕES, O QUE É PERMITIDO PELA LEI 12.258, DE 25 DE JUNHO DE 2010 é NA MAIORIA DAS VEZES, O APENADO NÃO CONSEGUIE RETORNAR AO ALBERGUE, EM RAZÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA, INCIDINDO, ASSIM, EM FALTA GRAVE é MANUTENÇÃO DA DECISÃO GUERREADA, SUBMETENDO O AGRAVADO AO USO DE TORNOZELEIRA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DO ARTIGO 146-B DA LEI 7.210/1984, COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI 12.258/2010, PARA QUE ELE POSSA SE RESSOCIALIZAR -DESPROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL. Conclusões: POR UNANIMIDADE DE VOTOS NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORA. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. MARIA SANDRA KAYAT DIREITO. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. MARIA SANDRA KAYAT DIREITO, DES. MARCUS HENRIQUE PINTO BASILIO e DES. ANTONIO JAYME BOENTE.

025. APELAÇÃO 0009277-17.2011.8.19.0045 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: RESENDE 1 VARA CRIMINAL Ação: 0009277-17.2011.8.19.0045 Protocolo: 3204/2018.00423828 - APTÉ: CLAITON FERREIRA CARREIRA OUTRO NOME: CLEITON FERREIRA CARREIRA OUTRO NOME: SERGIO CARLOS DE ALMEIDA PINHO OUTRO NOME: JOÃO JOSE VIEIRA PACHECO ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA OAB/DP-000000 APDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CORREU: SABRINA APARECIDA MARTINS ADVOGADO: PAULO MAGNO MARTINELLI MARINHO OAB/RJ-095618 Relator: **DES. ANTONIO JAYME BOENTE** Revisor: **DES. KATYA MARIA DE PAULA MENEZES MONNERAT** Funciona: Ministério Público e Defensoria Pública Ementa: APELAÇÃO. Tráfico ilícito de entorpecentes. Sentença condenatória. Recurso defensivo. Pleito de absolvição. Pedido subsidiário de reconhecimento da atenuante da confissão, com redução das penas-base abaixo do mínimo legal. Constatação de ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. Lapso transcorrido entre a data do recebimento da denúncia e da publicação da sentença condenatória. Extinção da punibilidade do sujeito, pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, consoante o disposto no artigo 109, inciso V, combinado com o artigo 110, parágrafo 1º, ambos do Código Penal. Prejudicado o exame do mérito. Conclusões: POR UNANIMIDADE EM DECLARAR EXTINTA A PUNIBILIDADE DO APELANTE CLAITON PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. ANTONIO JAYME BOENTE. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. ANTONIO JAYME BOENTE, DES. KATYA MARIA DE PAULA MENEZES MONNERAT e DES. MARIA SANDRA KAYAT DIREITO.

026. HABEAS CORPUS 0058423-21.2018.8.19.0000 Assunto: Tráfico de Drogas e Condutas Afins / Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas / Crimes Previstos na Legislação Extravagante / DIREITO PENAL Origem: SAO GONCALO 3 VARA CRIMINAL Ação: 0219356-62.2018.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00598078 - IMPTE: ANGELO MAXIMO MACEDO DA CONCEIÇÃO OAB/RJ-135172 PACIENTE: MATHEUS AMARO RICARDO AUT.COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE SÃO GONÇALO Relator: **DES. ANTONIO JAYME BOENTE** Funciona: Ministério Público Ementa: HABEAS CORPUS. Tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico com utilização de arma de fogo e resistência. Prisão preventiva. Alegação de ausência dos pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal; desproporcionalidade da prisão; presença de condições pessoais favoráveis do agente e fundamentação inidônea. Prisão legal. Presença de indícios suficientes da autoria e materialidade. Evidente a necessidade de manutenção da custódia para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. Inexistência do constrangimento ilegal alegado na impetração. Denegação da ordem. Conclusões: POR UNANIMIDADE E NOS TERMOS DO VOTO DA RELATORIA, DENEGOU-SE A ORDEM. Lavrará o acórdão o(a) Exmo(a). Sr.(Sra.) DES. ANTONIO JAYME BOENTE. Participaram do julgamento os Exmos. Srs.: DES. ANTONIO JAYME BOENTE, DES. KATYA MARIA DE PAULA MENEZES MONNERAT e DES. MARIA SANDRA KAYAT DIREITO.